

## **Demonstrações Financeiras**

31 de dezembro de 2011 e 2010

### **Índice**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais.....	2
Demonstrações do resultado .....	3
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	4
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	5
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	6



## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos  
Acionistas e Conselho de Administração da  
**Videolar S.A**

Examinamos as demonstrações financeiras da Videolar S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Videolar S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 11 de março de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6-C-AM

Antonio Carlos Fioravante  
Contador CRC-1SP184973/O-C-AM

# VIDEOLAR

## Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Em milhares de reais)

		<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
			(Reclassificado)
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	Nota 3	23.108	49.407
Contas a receber	Nota 4	101.288	81.275
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Nota 4	(17.742)	(17.713)
Impostos a recuperar		4.803	4.860
Impostos antecipados		5.093	2.835
Estoques	Nota 5	161.348	124.537
Despesas antecipadas		195	504
Adiantamento a fornecedores		30.324	26.724
Outros créditos e valores		9.345	4.917
Total do ativo circulante		<u>317.762</u>	<u>277.346</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>			
Depósitos Judiciais	Nota 8	42.904	30.773
<b>Permanente</b>			
Imobilizado	Nota 6	619.636	427.099
Intangível		8.310	6.225
Total do ativo não circulante		<u>670.850</u>	<u>464.097</u>
Total do ativo		<u><u>988.612</u></u>	<u><u>741.443</u></u>
<hr/>			
		<u>31.12.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
			(Reclassificado)
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	Nota 7	63.889	1.181
Fornecedores		144.222	25.727
Obrigações trabalhistas		8.865	8.202
Impostos e contribuições a recolher		7.402	3.002
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-
Royalties a pagar	Nota 10	20.561	27.276
Impostos parcelados	Nota 9	1.545	6.177
Comissões a pagar		871	691
Frete a pagar		6.311	3.209
Outras obrigações		6.866	7.739
Total do passivo circulante		<u>260.532</u>	<u>83.204</u>
<b>Passivo não circulante</b>			
Imposto de renda diferido	Nota 15	28.900	28.507
Impostos parcelados	Nota 9	-	1.544
Empréstimos e financiamentos	Nota 7	123.301	42.892
Provisão para contingências	Nota 8	12.926	32.983
Total do passivo não circulante		<u>165.127</u>	<u>105.926</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	Nota 11	465.465	465.465
Ágio na emissão de ações		8.424	-
Ações em tesouraria		(3.425)	-
Ajuste de avaliação patrimonial		79.467	79.712
Reservas de lucros		13.022	7.136
Total do patrimônio líquido		<u>562.953</u>	<u>552.313</u>
Total do passivo		<u><u>988.612</u></u>	<u><u>741.443</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Em milhares de reais)

		<b>2011</b>	<b>2010</b>
Receita operacional líquida	Nota 12	<b>885.983</b>	794.963
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	Nota 13	<b>(732.424)</b>	(672.326)
Lucro bruto		<b>153.559</b>	122.637
Despesas operacionais			
Despesas administrativas / Recursos humanos	Nota 13	<b>(69.364)</b>	(53.302)
Despesas comerciais / Logística	Nota 13	<b>(49.477)</b>	(33.973)
Despesas industriais / Tecnologia	Nota 13	<b>(35.818)</b>	(17.587)
Receitas financeiras	Nota 14	<b>23.806</b>	11.928
Despesas financeiras	Nota 14	<b>(43.617)</b>	(7.789)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		<b>35.105</b>	(5.459)
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>14.194</b>	16.455
Imposto de renda e contribuição social – Corrente	Nota 15	-	-
Imposto de renda e contribuição social – Diferido	Nota 15	<b>(394)</b>	(6.028)
Lucro líquido do exercício		<b>13.800</b>	10.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Ações em Tesouraria	Reservas de capital		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Incentivo de Imposto de renda	Reserva de ágio na emissão de ações	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2009	460.488	-	4.977	-	79.957	1.279	2.283	-	548.984
Aumento de capital conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 29 de abril de 2010	4.977	-	(4.977)	-	-	-	-	-	-
Dividendos pagos antecipadamente conforme Ata de Assembleia de 24 de maio de 2010	-	-	-	-	-	-	-	(7.098)	(7.098)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(245)	-	-	245	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	10.427	10.427
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-	-	522	-	(522)	-
Reserva para Retenção de Lucros	-	-	-	-	-	-	3.052	(3.052)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>465.465</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>79.712</b>	<b>1.801</b>	<b>5.335</b>	<b>-</b>	<b>552.313</b>
Dividendos pagos antecipadamente, conforme Ata de Assembleia de 30 de maio de 2011	-	-	-	-	-	-	-	(5.140)	(5.140)
Dividendos de exercícios anteriores pagos, conforme Ata de Assembleia de 1 de junho de 2011	-	-	-	-	-	-	(3.019)	-	(3.019)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(245)	-	-	245	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	13.800	13.800
Reserva legal	-	-	-	-	-	690	-	(690)	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	8.215	(8.215)	-
Subscrições de Ações	-	-	-	8.424	-	-	-	-	8.424
Recompra de Ações	-	(3.425)	-	-	-	-	-	-	(3.425)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>465.465</b>	<b>(3.425)</b>	<b>-</b>	<b>8.424</b>	<b>79.467</b>	<b>2.491</b>	<b>10.531</b>	<b>-</b>	<b>562.953</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010  
(Em milhares de reais)

	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	13.800	10.427
Ajuste para reconciliação do lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Imposto de renda diferido e corrente	394	6.028
Depreciação	29.028	22.746
Amortização Intangível	1.576	-
Valor residual na baixa do imobilizado	1.497	81
Juros e variações monetárias	7.058	(3.226)
Reversão do empréstimo com o Banco Fortis	-	(36.164)
Provisão para baixas e perdas do imobilizado	-	60.805
Atualização de depósitos judiciais	(4.458)	-
Provisão para obsolescência	2.669	-
(Reversão) provisão para contingências	(20.057)	7.847
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.850	(763)
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber	(22.833)	(1.712)
Impostos a recuperar / antecipados	(2.202)	5.440
Estoques	(39.480)	24.707
Outros ativos	(15.393)	(12.557)
	<b>(45.551)</b>	<b>83.659</b>
Aumento (diminuição) de passivos		
Fornecedores	118.495	(8.426)
Obrigações trabalhistas	662	(3.204)
Impostos e contribuições sociais a recolher	4.400	(6.740)
Outros passivos	(10.481)	217
	<b>113.076</b>	<b>(18.153)</b>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>67.525</b>	<b>65.506</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(219.003)	(66.425)
Aquisição de ativo intangível	(136)	(559)
Venda de bens do ativo imobilizado	-	717
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	<b>(219.139)</b>	<b>(66.267)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	133.018	43.500
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(4.543)	(708)
Subscrição de ações	8.424	-
Recuperação de acionistas não controladores	(3.425)	-
Pagamento de dividendos	(8.159)	(7.098)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos	<b>125.315</b>	<b>35.693</b>
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	<b>(26.299)</b>	<b>34.932</b>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	49.407	14.475
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	23.108	49.407
(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa	<b>(26.299)</b>	<b>34.932</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

### 1. Contexto operacional

A Videolar S.A. (“Videolar” ou “Companhia”) oferece soluções integradas de produtos e serviços para diversas empresas de entretenimento, desde os grandes estúdios de Hollywood, até distribuidores independentes de filmes e indústrias do segmento fonográfico. Além de fabricar a mídia e sua respectiva embalagem, a Companhia oferece uma cadeia completa de serviços e distribuição que verticaliza todo o processo produtivo (*Authoring*, Masterização, Duplicação, Replicação, Tradução, Legendagem, Controle de Estoque, Armazenagem, Faturamento, Manuseio, Logística de Distribuição e Serviço Pós Venda). Atua também no segmento de Resinas Plásticas (Poliestireno), atendendo clientes dos setores de Eletroeletrônicos, Plásticos, Descartáveis, Alimentos, entre outros. É fabricante de Mídias Gravadas (CD e DVD) e Mídias Virgens (CD-R, DVD-R, disquetes, fitas de áudio e vídeo), das marcas Nipponic® e Emtec®.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A sede social da empresa está localizada em Manaus - AM. A Companhia é controlada por pessoas físicas sendo que o principal acionista detém 86% das ações ordinárias do seu capital social.

Destaca-se entre os projetos de expansão, a construção de uma nova Unidade Industrial (Unidade Fazenda Vitória) em uma área de 289.000 m<sup>2</sup> com uma área construída de 69.000 m<sup>2</sup> a ser concluída no segundo semestre de 2012. Esta Unidade terá como finalidade principal a produção dos filmes de BOPP (filme de polipropileno bi-orientado) e BOPET (filme de Polietileno Tereftalato bi-orientado). Ambos com ampla utilização em embalagens plásticas no ramo alimentício e industrial.

Completa os novos segmentos de negócios que também serão industrializados na Unidade Fazenda Vitória, a produção de chapas de PP (polipropileno) e PP cast (Filme de polipropileno).

### 2. Políticas contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em reunião de diretoria realizada em 17 de fevereiro de 2012.

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperação nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, as estimativas do valor em uso dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, em prazo não superior a um ano. Vide nota 2.14, com os detalhes das estimativas.

Para fins de comparação, as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 incluem uma reclassificação do imposto de renda e contribuição diferidos, que passam a ser apresentados pelo valor líquido no passivo não circulante. O efeito da reclassificação foi de R\$ 24.960.

#### 2.1 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de vendas são apresentadas líquidas dos impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

### 2.2 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente nas datas dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

### 2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor justo. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

### 2.4 Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das demonstrações financeiras.

Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Informações referentes a abertura das contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstrados na nota 4.

### 2.5 Estoques

Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não excede o valor de realização.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As importações em andamento estão demonstradas ao custo de cada importação. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração e são periodicamente revisadas e avaliadas quanto à sua suficiência.

### 2.6 Imobilizado

É apresentado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear, às taxas apuradas de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens.

Os encargos financeiros relacionados a empréstimos e financiamentos destinados à construção de bens do imobilizado são apropriados aos custos dos bens do imobilizado em construção até a entrada em operação e início da geração de receita, sendo amortizados proporcionalmente à realização desses bens.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A Companhia efetua periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica e análise de recuperação dos seus bens do ativo imobilizado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo), são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

### 2.7 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por licenças para uso de *software*, e possuem vida definida, sendo amortizados ao longo da vida útil econômica estimada, e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

### 2.8 Provisão por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável ou valor justo de outro ativo é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais.

Para definição do valor de recuperação dos ativos, a Companhia também considerou o maior valor entre o valor justo do ativo e seu valor em uso. Nas hipóteses em que o valor estimado do bem estiver menor que o valor líquido contábil haverá registro da perda atribuída à aplicação da provisão para perda de valor recuperável.

A Companhia realiza o teste de perda de valor recuperável anualmente ou sempre que percebe indicação de perda de substância econômica do valor recuperável dos seus ativos, conforme requerido pelo CPC 01.

### 2.9 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido nos balanços quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido nos balanços quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### 2.10 Tributação

#### a) Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

<u>Impostos e contribuições</u>	<u>Sigla</u>	<u>Alíquotas</u>
Programa de integração social	PIS	0,65% a 1,65%
Contribuição social para financiamento da seguridade social	COFINS	3% a 7,6%
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	ICMS	7%, 12% e 18%
Imposto sobre produtos industrializados	IPI	15% e 25%
Imposto sobre serviços de qualquer natureza	ISS	2%

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

### b) Impostos de renda e contribuição social – Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e dos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de impostos e as leis tributárias utilizadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos também no patrimônio líquido. A Administração da Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece a provisão quando apropriado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação, tais como imposto de renda e contribuição social retidos na fonte descontadas das receitas, são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

### c) Impostos de renda e contribuição social – Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias nas datas dos balanços entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias adicionadas, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, os referidos impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas nas datas dos balanços.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### 2.11 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo do Estado do Amazonas e de que serão auferidas e são registradas como receita no resultado durante o período necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

A Videolar é beneficiária dos seguintes incentivos fiscais concedidos pelo Estado do Amazonas:

Incentivo Recebido	2011	2010
i. Diferimento do ICMS na aquisição de insumos importados;	235.103	299.036
ii. Diferimento do ICMS na saída de bens intermediários destinados à integração de processo produtivo de estabelecimento industrial igualmente incentivado;	108.982	94.316

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia encontrava-se adimplente com todos os requisitos legais para benefício desses incentivos.

### 2.12 Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias remuneradas e 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida em que são incorridos.

### 2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de circulantes é calculado e somente registrado se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Para as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia mensurou o ajuste a valor presente com base em cálculo global sobre os saldos em aberto de cada grupo de contas de ativos e passivos monetários circulantes. Os itens que compõem cada um dos grupos de contas que foram objeto de cálculo global possuem características uniformes. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste. Quanto aos ativos e passivos não circulantes, a Companhia já adotava o procedimento de atualizá-los monetariamente e, portanto, já estavam ajustados ao valor presente.

### 2.14 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas datas dos balanços, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

### Perda de valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda de valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que corresponde ao valor justo menos custo de venda ou valor em uso, dos dois o maior. O valor justo estimado menos custo de venda se baseia nas informações disponíveis de transações de venda de ativos semelhantes ou no preço de mercado menos custos adicionais para a venda do ativo.

A administração revisa pelo menos anualmente o valor líquido contábil dos ativos de forma a avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de valor recuperável.

Sempre que esses indícios forem identificados e o valor contábil ultrapassar o valor recuperável, uma provisão para deterioração é estabelecida, ajustando o valor líquido contábil ao valor recuperável.

### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

### Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados nos balanços não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas, tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

## **2.15 Demonstrações dos fluxos de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Resolução CFC No. 1.296/10, de 17 de setembro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

### 2.16 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

(i) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes, os quais são classificados entre as categorias:

*Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:* incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidos no resultado, quando incorridos, na rubrica de receitas ou despesas financeiras.

*Empréstimos (concedidos) e recebíveis:* que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não cotados em mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais estão incluídos como ativos não circulantes.

Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na linha de receitas ou despesas financeiras.

(ii) Passivos financeiros

São classificados na categoria abaixo de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros contratados ou emitidos:

*Atualmente a empresa possui apenas passivos financeiros não mensurados ao valor justo:* que são passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento, que após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos.

- Valor de mercado: o valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento dos balanços, ou com base em técnicas de valorização definidas pela Companhia e consistentes com as práticas usuais de mercado.

Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Disponibilidade	19.947	49.407
Aplicação financeira	3.161	-
	<b>23.108</b>	49.407

As aplicações financeiras foram efetuadas em debêntures resgatáveis diretamente com o grupo emissor (Bradesco) sem qualquer perda de rendimento. As aplicações são remuneradas a 101,5% do Certificado de Depósitos Interbancários - CDI, e são de liquidez imediata.

### 4. Contas a receber

As contas a receber incluem os recebíveis dos clientes Videolar, clientes distribuídas e das administradoras de cartões de crédito referentes a e-commerce. A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento (*aging list*), em 31 de dezembro de 2011 e 2010:

	31.12.2011	31.12.2010
<b>Valores a vencer</b>	<b>216.340</b>	189.966
Valores Vencidos		
até 30 dias	21.546	19.162
de 31 a 60 dias	8.598	10.212
de 61 a 90 dias	3.698	3.633
de 91 a 180 dias	8.087	1.901
Acima de 180 dias	29.716	26.008
<b>Total Vencido</b>	<b>71.645</b>	60.916
<b>Contas a receber</b>	<b>287.985</b>	250.882
<b>Distribuídas</b>	<b>(186.697)</b>	(169.607)
<b>Contas a Receber Líquidas</b>	<b>101.288</b>	81.275

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	2011	2010
Saldo no início do ano	17.713	18.476
Complemento de provisão no exercício	2.850	3.389
Valores baixados da provisão:	(2.821)	(4.152)
Saldo em 31 de dezembro	<b>17.742</b>	17.713

A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de a composição de clientes finais da Companhia ser altamente diversificada. A Companhia possui mais de 5.000 mil clientes ativos na carteira e nenhum cliente representa 5% ou mais da receita ou das contas a receber em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

### 5. Estoques

	2011	2010
Matéria-prima	55.643	28.785
Produtos em elaboração	8.715	9.451
Produtos acabados	65.842	60.538
Material gráfico e embalagens	4.630	4.769
Outros materiais	18.154	20.994
Importação em andamento	14.027	4.298
Provisão para obsolescência	(5.663)	(4.298)
	<u>161.348</u>	<u>124.537</u>

A movimentação da provisão para obsolescência é como segue:

	2011	2010
Saldo no início do ano	(4.298)	(5.505)
Complemento de provisão no exercício	(2.669)	(6.746)
Valores baixados da provisão	1.304	7.953
Saldo em 31 de dezembro	<u>(5.663)</u>	<u>(4.298)</u>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

### 6. Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

Custo	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Instalações Industriais	Móveis e Utensílios	Equipos de Proc.		Moldes e Ferramentas	Equipamentos de Telefonia	Provisão não Recuperação	Imobilizado em Andamento (ii)	Importação em Andamento	Totais
						De Dados	Veículos						
<b>Saldos 31 de dezembro de 2009</b>	101.226	114.008	445.913	62.977	36.847	15.910	671	34.244	1.053	(3.582)	11.672	52.195	873.134
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.771)	66.144	268	57.641
Juroscapitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.181	-	1.181
Baixa (i)	-	-	(221)	(255)	(907)	-	-	-	(1)	-	56	(52.034)	(53.362)
Transferência	-	-	4.448	2.817	194	405	-	30	48	1	(9.623)	(1)	(1.681)
<b>Saldos 31 de dezembro de 2010</b>	101.226	114.008	450.140	65.539	36.134	16.315	671	34.274	1.100	(12.352)	69.430	428	876.913
Adições	-	-	98	-	-	7	-	-	-	(7.600)	16.647	209.851	219.003
Juroscapitalizados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.583	7.583
Baixa	(1.570)	-	-	-	-	-	(92)	-	-	-	(63)	-	(1.725)
Transferência	-	1.932	20.873	4.381	110	1.595	160	238	21	-	111.127	(143.961)	(3.524)
<b>Saldos 31 de dezembro de 2011</b>	<b>99.656</b>	<b>115.940</b>	<b>471.111</b>	<b>69.920</b>	<b>36.244</b>	<b>17.917</b>	<b>739</b>	<b>34.512</b>	<b>1.121</b>	<b>(19.952)</b>	<b>197.141</b>	<b>73.901</b>	<b>1.098.250</b>
<b>Depreciação</b>													
<b>Saldos 31 de dezembro de 2009</b>	-	(20.878)	(310.863)	(25.657)	(33.815)	(12.756)	(325)	(19.079)	(938)	-	-	-	(424.309)
Depreciação do exercício	-	(2.581)	(42.762)	(8.176)	(965)	(1.184)	(111)	(3.004)	(42)	-	-	-	(58.825)
Ajuste depreciação Vida Útil	-	-	30.258	4.101	429	297	21	439	15	-	-	-	35.560
Baixa (ii)	-	-	191	157	796	-	-	-	-	-	-	-	1.144
Transferência	-	-	909	(4.002)	-	(289)	-	-	-	-	-	-	(3.383)
<b>Saldos 31 de dezembro de 2010</b>	-	(23.459)	(322.267)	(33.577)	(33.555)	(13.932)	(415)	(21.644)	(965)	-	-	-	(449.814)
Depreciação do exercício	-	(1.702)	(15.178)	(6.367)	(551)	(1.358)	(112)	(3.722)	(38)	-	-	-	(29.028)
Baixa	-	-	-	-	17	63	85	53	10	-	-	-	228
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos 31 de dezembro de 2011</b>	-	<b>(25.161)</b>	<b>(337.445)</b>	<b>(39.944)</b>	<b>(34.089)</b>	<b>(15.227)</b>	<b>(442)</b>	<b>(25.313)</b>	<b>(993)</b>	-	-	-	<b>(478.614)</b>
<b>Valor residual</b>													
Saldos 31 de dezembro de 2011	99.656	90.779	133.666	29.976	2.155	2.690	297	9.199	128	(19.952)	197.141	73.901	619.636
Saldos 31 de dezembro de 2010	101.226	90.549	127.873	31.962	2.579	2.383	256	12.630	135	(12.352)	69.430	428	427.099
Saldos 31 de dezembro de 2009	101.226	93.131	135.050	37.320	3.033	3.153	347	15.165	116	(3.582)	11.672	52.195	448.825
Taxa média de depreciação anual	0,0%	-2,1%	-6,4%	-14,2%	-1,5%	-7,7%	-14,8%	-12,1%	-3,3%	0,0%	0,0%	0,0%	-4,4%

- i) Em 31.12.2010 tivemos a baixa dos valores registrados na rubrica de imobilizado em andamento referente ao processo de falência do fornecedor Darlet. Vide detalhes na nota explicativa no. 8
- ii) O imobilizado em andamento corresponde basicamente a investimentos que estão sendo realizados no projeto Fazenda Vitória, além da ampliação de sua planta fabril de BOPP e novos negócios no segmento petroquímico.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

### 7. Empréstimos e financiamentos

Instituição Financeira		Encargos	Garantias	Vencimento	31.12.2011	31.12.2010
BNDDES	(a)	TJLP + 2,12% a.a	Imóveis	15/10/2017	<b>74.199</b>	44.073
Banco Bradesco Europa	(b)	Libor + 3,25 % a.a	Nota Promissória	23/02/2016	<b>60.932</b>	-
Banco Bradesco	(ii)	3.00% a.a	Nota Promissória	10/01/2012	<b>10.748</b>	-
Banco do Brasil	(i)	3.00% a.a	Nota Promissória	16/03/2012	<b>28.628</b>	-
Duplicatas Descontadas	-	1,29% a.m	-	31/01/2012	<b>12.683</b>	-
					<b>187.190</b>	44.073
					<b>(63.889)</b>	(1.181)
					<b>123.301</b>	42.892

Parcela vencível nos próximos 12 meses

Parcela não circulante

i) Em junho de 2011, a Companhia celebrou com o Banco do Brasil, o contrato de abertura de linha de crédito (Master Import Finance Agreement), no valor de US\$ 15.276 mil, para financiar aquisição de máquinas e equipamentos.

Em 26 de março de 2012 a empresa renegociou o contrato, cujas taxas de juros passaram a ser de Libor acrescido de 2,4023% a.a. bem como o vencimento será em 13 de agosto de 2012.

ii) Em setembro de 2011, a Companhia celebrou com o Banco Bradesco S.A, o contrato de abertura de linha de crédito (Import Finance Facility), no valor de US\$ 5.662 mil, para financiar aquisição de máquinas e equipamentos. Este contrato possui cláusulas de compromissos não financeiros.

(a) BNDDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Durante o exercício de 2010, a Companhia adquiriu uma linha de crédito junto ao BNDDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no montante de R\$ 84.100. Até 31 de dezembro de 2011, foi disponibilizado à Companhia o montante de R\$ 72.950.

Esse financiamento tem como finalidade a expansão e a construção de uma nova unidade industrial para produção dos filmes de polipropileno bi-orientado (BOPP) e filme de polietileno tereftalato bi-orientado (BOPET), além da aquisição de máquinas e equipamentos nacionais. O BNDDES poderá declarar vencido antecipadamente quando ocorrido as seguintes situações:

- i) quando forem comprovados redução do quadro funcional da Companhia, sem que a mesma efetue programa de treinamento voltado para oportunidades de trabalho na região ou programa de recolocação profissional;
- ii) Existência de sentença condenatória pela prática de discriminação de raça ou de gênero, trabalho infantil e escravo, assédio moral ou sexual, ou crime contra o meio ambiente;
- iii) Não nomeação de um novo fiador no período máximo de 30 dias, no caso de falecimento ou declaração de ausência de seu acionista controlador;
- iv) Diplomação de Deputado Federal ou Senador, de pessoa que exerça função remunerada na Videolar, ou esteja entre seus proprietários, controladores ou diretores.

(b) Banco Bradesco

Em fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu uma linha de crédito junto ao Banco Bradesco Europa no montante de EURO 57.999 mil. Essa linha de crédito tem por característica o financiamento direto da Andritz AG, fornecedor responsável pela entrega à Companhia de máquinas e equipamentos para a nova linha de produção de BOPP. Até 31 de dezembro de 2011, o Banco Bradesco Europa havia liberado o montante de EURO 24.316 mil. Esse financiamento possui somente covenants não financeiros.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia estava adimplente com as obrigações contratuais descritas.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2011 e 2010 apresentam os seguintes cronogramas de vencimentos:

	2011	2010
2012	-	4.855
2013	19.412	7.442
2014	32.994	7.648
2015	32.994	7.871
2016	26.846	8.113
2017	11.055	6.964
Passivo não circulante	123.301	42.892

### 8. Provisão para contingências

A Companhia no curso normal de suas operações, está envolvida em ações judiciais sobre questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

Provisão para contingências	Tributárias	Trabalhista	Cíveis	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2009</b>	20.189	4.304	643	25.136
(+) Complemento de provisão	9.454	2.588	79	12.121
(-) Baixa provisão	(3.120)	(1.040)	(114)	(4.274)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>	26.523	5.852	608	32.983
(+) Complemento de provisão	6.852	1.351	33	8.236
(-) Baixa provisão	(22.722)	(5.459)	(112)	(28.293)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>10.653</b>	<b>1.744</b>	<b>529</b>	<b>12.926</b>

Os principais processos são comentados a seguir:

#### Processos tributários

A Companhia figura no polo passivo em processos judiciais ou administrativos, que envolvem outros tributos, tais como PIS, IPI, ICMS, IR, contribuições previdenciárias, no valor total de R\$ 400, cujo prognóstico é de perda possível, e não estão provisionados.

A provisão para contingências tributárias no montante de R\$ 10.653 refere-se, substancialmente, à contestação pela Companhia da cobrança de PIS e COFINS sobre receitas auferidas na Zona Franca de Manaus, e diversos autos de infração relacionados à ICMS.

Em 19 de novembro de 2011 transitou em julgado ação judicial referente ao questionamento de Exclusão do ICMS da base de cálculo do Pis e Cofins, para o qual a Companhia obteve decisão favorável de forma definitiva e irrevogável. A Companhia efetuou a reversão de provisão de contingências no montante de R\$ 21.235, bem como efetuou o reconhecimento de atualizações de depósitos judiciais referentes a este processo no montante de R\$ 4.458.

#### Processos trabalhistas

A Companhia figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$ 1.744, para os quais a perda é provável e que, portanto, estão devidamente provisionados. Ademais, a Companhia figura no polo passivo de ações trabalhistas, no valor total de R\$ 10.273, para os quais a perda é considerada possível, e não estão provisionados.

A provisão para contingências trabalhistas corresponde a perdas estimadas com base em análise individual de 127 processos de reclamações trabalhistas, principalmente relacionados a horas extras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

### Processos cíveis

A Companhia figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 529, para os quais a perda é provável e que, portanto, estão devidamente provisionados. Ademais, a Companhia figura no polo passivo de ações cíveis, no valor total de R\$ 46.069, para os quais a perda é considerada possível.

A provisão para contingências cíveis corresponde a perdas estimadas relativas a 15 processos envolvendo principalmente discussões comerciais, sendo a principal destacada abaixo:

### *Banco Fortis*

Em junho de 2008, a Companhia adquiriu uma linha de crédito junto ao Banco Fortis no montante de EURO 20.400 mil. Essa linha de crédito tinha por característica o financiamento direto do Banco Fortis à Darlet Merchant Technologies S.A., fornecedor responsável pela entrega à Companhia de máquinas e equipamentos para a nova linha de produção de BOPP. Até 31 de dezembro de 2009, o Banco Fortis havia liberado o montante de EURO 15.811 mil para pagamento da Darlet.

Em março de 2010, a Companhia foi notificada sobre o processo judicial de falência do fornecedor Darlet. No segundo semestre de 2009 o Banco Fortis Bank NV/AS foi adquirido pelo Banco BNP Paribas.

Em 31 de janeiro de 2011, o Banco BNP Paribas encaminhou uma carta solicitando o pagamento da primeira parcela no valor de EURO 1.695 mil. Através dos seus assessores jurídicos na França, Sonier & Associates, a Companhia rejeitou o pedido de pagamento levando em consideração que todos os adiantamentos pagos pelo Fortis para DMT foram feitos em violação do Acordo de Crédito não havendo portanto, nenhuma obrigação de pagamento dos adiantamentos realizados para o Banco BNP Paribas. Essa rejeição é baseada no artigo 5 do Acordo de Crédito, nos termos do qual o credor, ou seja, o Fortis deveria fazer adiantamentos para a empresa através do pagamento para a Darlet, tendo recebido os seguintes documentos:

- (i) um pedido devidamente preenchido (nos termos do Anexo 6, Parte 2 - Formulário de Pedidos previsto em contrato);
- (ii) os documentos pertinentes relacionados no Anexo 4 do contrato, resumidos da seguinte forma:
  1. 20% do Preço do Contrato:
    - Original da proforma invoice;
    - Cópia da declaração de entrega do desenho técnico e relatório assinado pelo comprador e vendedor.
  2. 55% do valor do contrato na proporção dos valores de cada remessa contra a apresentação de:
    - Original da proforma invoice;
    - Original do conhecimento de embarque;
    - Original do romaneio emitido pelo vendedor ou fornecedor;
    - Recibo de armazém, se aplicável. Os custos com o armazenamento devem ser assumidos pelo comprador;
  3. 5% do valor do contrato a ser pago na data do certificado de conclusão mecânica na apresentação de:
    - fatura comercial;
    - cópia do certificado de conclusão mecânica assinado pelo comprador e vendedor, ou, no mais tardar, 18 meses após a data efetiva do Contrato se o certificado de conclusão mecânica for adiado por razões pela qual o vendedor não é responsável.

Nos termos do artigo 5.2 do contrato de crédito, há uma determinação em mandato irrevogável e incondicional dado ao Fortis, para efetuar os adiantamentos à Darlet, em conformidade com os termos e

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

condições do contrato de crédito, sendo o Fortis o único responsável por verificar se todas as condições exigidas pelo contrato de crédito foram preenchidas antes de pagar qualquer adiantamento.

Tendo em vista a ausência da documentação suporte estabelecida no contrato firmado, os assessores jurídicos da Videolar entendem que o Fortis violou as cláusulas contratuais e seria o único responsável pelas consequências de tais violações.

Em 31 de dezembro de 2010, a Administração da Companhia, suportada pela opinião legal de seus assessores jurídicos, efetuou os seguintes ajustes contábeis:

	<u>31.12.2010</u>
Baixa do adiantamento a fornecedor em função da falência decretada	(43.858)
Baixa do passivo devido à probabilidade de desembolso ao Banco Fortis ser remota	36.163
Perda líquida reconhecida em outras despesas operacionais	<u>(7.695)</u>

Em novembro de 2011, a Videolar foi notificada quanto a abertura de processo de arbitragem na International Court of Arbitration of the International Chamber of Commerce ("ICC"), em Paris, na França, visando a cobrança dos recursos liberados e dos juros incorridos no período, os quais foram estimados em EURO 18.715 mil.

Conforme opinião dos assessores jurídicos, a Videolar possui bons argumentos a serem apresentados no processo de arbitragem, sendo as chances de êxito deste processo avaliadas como possíveis.

Abaixo estão demonstrados os depósitos judiciais vinculados e não vinculados a processos provisionados, classificados no grupo de ativo não circulante.

<b>Depósitos judiciais</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Atualizações</b>	<b>31.12.2011</b>
Tributárias	30.050	8.444	(472)	4.458	<b>42.480</b>
Trabalhista	699	588	(890)	-	<b>396</b>
Cíveis	24	12	(9)	-	<b>27</b>
	<u>30.773</u>	<u>9.044</u>	<u>(1.371)</u>	<u>4.458</u>	<b><u>42.904</u></b>

## 9. Impostos parcelados

Em 31 de dezembro de 2008, a Administração da Companhia optou por desistir de um processo tributário referente ao PIS e COFINS no montante de R\$ 25.146 e protocolou o pedido para participação no Programa de Parcelamento de Impostos na Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Em outubro de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Esses parcelamentos de tributos serão realizados em 30 parcelas, acrescidos de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema de Liquidação e Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, calculada a partir da data de solicitação do parcelamento até a data de pagamento.

Como consequência da adesão ao REFIS, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.

No exercício de 2011 foram pagos R\$ 7.210 da adesão do REFIS (R\$ 6.178 em 2010).

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

O saldo líquido de multas e redução de juros a pagar em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 1.545 registrados no passivo circulante.

### 10. Royalties a pagar

A Companhia registrava, até 31 de dezembro de 2004, *royalties* a pagar sobre uso de patentes com base nos montantes devidos contratualmente, que prevê o pagamento de um valor fixo com base no volume de DVDs e CDs vendidos. Devido ao entendimento formado junto aos seus assessores jurídicos de que essas condições eram abusivas, a Companhia entrou com uma ação visando a alteração no cálculo desses *royalties*. Durante o exercício de 2005, o Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) emitiu o certificado de averbação onde estabeleceu que o montante de royalties a pagar não poderia exceder o limite de 5% sobre o preço líquido de venda. Com base na emissão desse certificado, juntamente com a avaliação da causa efetuada pelos assessores jurídicos, a Companhia está efetuando o pagamento dos *royalties* dentro dos critérios estabelecidos pelo INPI.

Em 10 de janeiro de 2011, a Companhia firmou acordo para pagamento de Royalties a serem pagos no montante de US\$ 18.376 mil, para pagamentos parcelados até junho de 2012.

Em 31 de janeiro de 2012, a Companhia efetuou aditivo deste contrato, para adequação de cláusulas contratuais, bem como acrescentando o montante a pagar em US\$ 2.772 mil.

Este acordo impactou o resultado do exercício no montante de R\$ 19.940.

### 11. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

- i. Em 31 de dezembro de 2011, o capital social está representado por 585.470 ações ordinárias, 169.343 ações preferenciais classe "A" e 75.632 ações preferenciais classe "B", totalizando 830.445 ações.
- ii. As ações preferenciais classe "B" terão asseguradas prioridade na distribuição de dividendos mínimo de 25%, e no reembolso do capital no caso de dissolução da Companhia, de modo que a nenhuma outra espécie e classe de ações poderão ser concedidas vantagens patrimoniais superiores, concorrendo em todos os eventos qualificados, como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.
- iii. As ações preferenciais não têm direito a voto nas deliberações da assembleia geral. Durante o exercício de 2011, a Companhia efetuou compra de 1.936 ações preferenciais classe "B", de acionistas não controladores, no montante de R\$ 1.162.

Em setembro de 2011 a Companhia foi comunicada quanto a autorização de liberação de recursos do Finam, pelo Banco da Amazônia, montante de R\$ 8.424 referentes a incentivos fiscais da International Paper do Brasil Ltda relativos à projeto de titularidade da Videolar.

Foram emitidas 14.538 ações, preferenciais classe B, sem valor nominal, no valor de R\$ 8.424 em favor da International Paper do Brasil, as quais foram registradas como reserva de ágio na emissão de ações.

Em novembro de 2011, essas ações emitidas foram adquiridas pela Videolar, mediante o pagamento de R\$ 2.263.

A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2011 a quantia de 16.474 de ações preferenciais "B" em tesouraria.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de custo atribuído (*deemed cost*), líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos foram registrados em contrapartida da rubrica de Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido, em 1º de janeiro de 2009, e são realizadas, líquidas de impostos, quando da depreciação ou venda dos ativos.

c) Reserva legal

A legislação societária brasileira exige que as sociedades anônimas apropriem 5% do lucro líquido anual para reserva de lucros, antes dos lucros distribuídos, limitando essa reserva até 20% do valor total do capital.

d) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. O cálculo do dividendo mínimo obrigatório está abaixo demonstrado:

	<u>R\$</u>
Lucro líquido do exercício de 2011	13.800
(-) Constituição da reserva legal (5%)	(690)
Base de cálculo de dividendos	13.110
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.278
Dividendos pagos antecipadamente	(5.140)
Total de dividendos distribuídos acima do limite mínimo obrigatório	(1.862)

e) Reservas de retenção de lucros

Na data do balanço, o saldo está à disposição da Assembleia Geral dos Acionistas para distribuição.

## 12. Receita operacional líquida

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Receita de vendas</b>		
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>1.023.141</b>	932.308
Impostos sobre as receitas	<b>(109.699)</b>	(91.512)
Devoluções	<b>(27.459)</b>	(45.833)
<b>Deduções da receita bruta</b>	<b>(137.158)</b>	(137.345)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>885.983</b>	794.963

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

### 13. Composição dos gastos operacionais

	2011	2010
<b>Por natureza</b>		
Custo operacional	575.197	540.313
Custo dos serviços prestados	157.227	132.013
Despesas com pessoal	44.850	30.822
Despesas com assessoria e consultoria	4.493	2.992
Despesas de depreciação e amortização	29.308	11.624
Despesas com instalações	6.510	5.963
Despesas com vendas	36.358	25.655
Despesas gerais e administrativas	17.739	16.647
Despesas com marketing	13.118	8.318
Outras despesas gerais e administrativas	2.283	1.603
<b>Total</b>	<b>887.083</b>	<b>775.950</b>
<b>Por função</b>		
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	732.424	672.326
Despesas administrativas / Recursos humanos	69.364	52.064
Despesas comerciais / Logística	49.477	33.973
Despesas industriais / Tecnologia	35.818	17.587
<b>Total</b>	<b>887.083</b>	<b>775.950</b>

### 14. Resultado financeiro líquido

	2011	2010
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros e ganhos em aplicações financeiras	1.172	-
Variações cambiais ativas	22.252	10.909
Outros	382	1.019
	<b>23.806</b>	<b>11.928</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos	(1.688)	(749)
Descontos concedidos	(324)	(354)
Despesas bancárias	(2.135)	(1.120)
Variação cambial passiva	(39.295)	(5.333)
Multa e juros sobre parcelamento de impostos	(175)	(233)
	<b>(43.617)</b>	<b>(7.789)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(19.811)</b>	<b>4.139</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

### 15. Imposto de renda e contribuição social

a) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	31.12.2011	31.12.2010
Provisão para perdas de ativos	14.015	5.710
Provisão para contingências	3.838	10.657
Provisão para obsolescência	-	1.461
Prejuízo fiscal	8.480	-
Outras provisões	3.902	4.516
Demais diferenças temporárias	1.927	2.616
Subtotal Ativo	<b>32.162</b>	24.960
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes na adoção dos CPCs:		
Valor justo dos edifícios e terrenos	<b>(40.938)</b>	(41.064)
Revisão da vida útil dos ativos imobilizados	<b>(20.124)</b>	(12.403)
Subtotal Passivo	<b>(61.062)</b>	(53.467)
Total de Imposto de renda e contribuição sociais diferidos passivos, líquido.	<b>(28.900)</b>	(28.507)

O imposto de renda e a contribuição social diferido são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício de 2011 e 2010. Conseqüentemente, essas estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

Descrição	2011	2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.194	16.455
Alíquota fiscal combinada	<b>34%</b>	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<b>(4.826)</b>	(5.594)
Adições permanentes	<b>(492)</b>	(3.011)
Outros	<b>4.924</b>	2.577
	<b>(394)</b>	(6.028)
Alíquota efetiva	<b>2%</b>	37%
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	<b>(394)</b>	(6.028)

c) Regime tributário de transição

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição ("RTT") instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, por meio do qual as apurações do IRPJ, da CSLL, da contribuição para o PIS e da COFINS, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da Lei nº 11.941/09 foram registrados nas demonstrações financeiras da

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com o pronunciamento CPC 32 – Tributos sobre o lucro. A Companhia consignou referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (“DIPJ”) no ano de 2009.

### 16. Informações sobre partes relacionadas

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração e dos Diretores, foi fixada em até R\$ 2.000 conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2010.

A remuneração total dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 1.296 (R\$ 1.296 em 2010).

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

A Administração efetuou transações com partes relacionadas M. L. Parisotto, conforme demonstrado abaixo:

Parte Relacionada	31/12/2011	31/12/2010
Contas a Receber	490	51
Vendas	3.715	2.022

As transações acima foram efetuadas conforme condições contratuais estabelecidas entre as partes.

### 17. Instrumentos financeiros

A Companhia procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologia exigem considerável julgamento e estabelecimento de estimativa para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Conseqüentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor de mercado ou o valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta Nota ocorreu em razão de sua materialidade. Aqueles instrumentos cujos valores contábeis se aproximam do valor justo e cuja avaliação de risco é irrelevante não estão mencionados.

De acordo com sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, o potencial desses riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Companhia, podemos destacar os seguintes:

a) Risco de crédito

O risco de crédito é a possibilidade de uma contraparte da companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros. A Companhia está exposta a risco de crédito em seu contas a receber.

A base de clientes da Companhia é pulverizada, sendo que os principais clientes não representam mais que 20% do total do faturamento. Por meio de controles internos, a Companhia monitora permanentemente o nível de suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes.

b) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da empresa não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle de liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente, de modo a garantir que a geração operacional e a captação prévia de recursos, sejam suficientes para a manutenção de seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

c) Risco de taxa de câmbio

A Companhia possui alguns fornecedores e empréstimos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos desses passivos. A Companhia não tem nenhum instrumento derivativo para minimizar esse risco.

d) Análise de sensibilidade

*Sensibilidade à taxa de juros*

Risco a taxa de juros é o risco a flutuação da taxa de juros de mercado. A exposição da Companhia decorre do financiamento, corrigido pela TJLP, e das aplicações financeiras que são atualizadas pelo CDI. A variação desfavorável na taxa de juros pode afetar negativamente as receitas e despesas financeiras.

*Sensibilidade à taxa de câmbio*

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a obrigações obtidas junto com a instituições financeiras.

A Companhia não tem nenhum instrumento derivativo para minimizar esse risco, bem como monitora continuamente a volatilidade das taxas de câmbio.

Para as operações cambiais com risco de flutuação do dólar, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2011 de R\$ 1,8758 por US\$ 1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- Cenário 1: (5% de valorização do real),
- Cenário 2: (10% de valorização do real),
- Cenário 3: (5% de desvalorização do real),
- Cenário 4: (10% de desvalorização do real),

		<b>Receita (Despesa) com Variação Cambial</b>				
	<b>Risco</b>	<b>Valor de referência US\$</b>	<b>Cenário1</b>	<b>Cenário2</b>	<b>Cenário3</b>	<b>Cenário4</b>
		1,8758	1,7820	1,6882	1,9696	2,0634
Empréstimo Bradesco	Flutuação do dólar	5.729	537	1.075	(537)	(1.075)
Empréstimo B.Brasil	Flutuação do dólar	15.368	1.442	2.884	(1.442)	(2.882)
Fornecedores Estrangeiros	Flutuação do dólar	51.663	4.814	9.660	(4.814)	(9.724)

Para as operações cambiais com risco de flutuação do EURO, a partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2011 de R\$ 2,4342 por EURO 1,00, foram estimados os seguintes efeitos para os quatro cenários sendo:

- Cenário 1: (5% de valorização do real),
- Cenário 2: (10% de valorização do real),
- Cenário 3: (5% de desvalorização do real),
- Cenário 4: (10% de desvalorização do real),

		<b>Receita (Despesa) com Variação Cambial</b>				
	<b>Risco</b>	<b>Valor de referência Euro</b>	<b>Cenário1</b>	<b>Cenário2</b>	<b>Cenário3</b>	<b>Cenário4</b>
		2,4342	2,3125	2,1908	2,5559	2,6776
Empréstimo Bradesco	Flutuação do Euro	25.031	3.048	6.094	(3.045)	(6.091)
Fornecedores Estrangeiros	Flutuação do Euro	9	1	2	(1)	(2)

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

e) Risco de mercado

Os resultados da Companhia são suscetíveis de sofrer variações, pois parte de seu passivo são denominados em moeda estrangeira, principalmente o dolar norte-americano e o euro.

i. *Estratégia de gerenciamento de risco de mercado*

		2011		2010	
		Valor nominal moeda estrangeira	R\$	Valor nominal moeda estrangeira	R\$
Empréstimo Bradesco	USD	5.729	10.748	-	-
Empréstimo B.Brasil	USD	15.368	28.828	-	-
Fornecedores Estrangeiros	USD	51.663	96.877	8.455	14.491
Empréstimo Bradesco	EURO	25.031	60.932	-	-
Fornecedores Estrangeiros	EURO	9	22	38	84
Fornecedores Estrangeiros	CHF	18	35	28	49
Fornecedores Estrangeiros	Yen			56	1

Os ganhos e perdas envolvendo essas operações são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica de resultado financeiro.

A Companhia não tem nenhum instrumento derivativo para minimizar esse risco, bem como monitora continuamente a volatilidade das taxas de câmbio.

f) Mensurações de valor justo

Os ativos e passivos financeiros da Companhia podem sofrer variação de seu valor contábil. A tabela abaixo é uma comparação por classe do valor contábil e seu valor justo ("Fair Value"):

		Valor contábil		Valor justo	
		31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	23.108	49.407	23.108	49.407
Contas a receber	Nível 1	101.288	81.275	101.288	81.275
Tributos a recuperar	Nível 1	9.896	7.695	9.896	7.695
<b>Total</b>		<b>134.290</b>	<b>138.377</b>	<b>134.290</b>	<b>138.377</b>
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	174.507	42.892	174.846	42.842
Fornecedores	Nível 1	144.222	25.727	151.454	25.727
Tributos a recolher	Nível 3	7.402	3.002	7.302	3.002
<b>Total</b>		<b>326.131</b>	<b>71.621</b>	<b>333.602</b>	<b>71.571</b>

O valor justo representa o valor pelo qual o ativo/passivo poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas e negociar.

A Videolar usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: Aproximam-se dos valores de realização, grande parte devido ao vencimento no curto prazo, ou então possuem cotação disponível em um mercado ativo.

Nível 2: mensuração é feita com técnicas onde, os dados que tem efeitos significativos sobre o valor justo sejam cotados em mercado, direta ou indiretamente.

Nível 3: mensuração é feita com técnicas onde, os dados que tenham efeitos significativos sobre o valor justo não possuem cotação em mercados, direta ou indiretamente.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

### g) Gerenciamento de capital

O objetivo principal da administração da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	31/12/2011	31/12/2010
Empréstimos e Financiamentos	174.507	44.073
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(23.108)	(49.407)
<b>Dívida Líquida (Caixa líquido das dívidas)</b>	<b>151.400</b>	<b>(5.334)</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>562.953</b>	<b>552.313</b>
<b>Patrimônio Líquido e dívida líquida</b>	<b>714.353</b>	<b>546.979</b>

## 18. Benefícios a funcionários

A Companhia não é instituidora ou patrocinadora de qualquer tipo de plano de pensão ou outro benefício pós-empregatício.

Conforme acordo sindical, a Companhia deverá remunerar seus funcionários mediante participação nos resultados, caso sejam atingidas determinadas performances estabelecidas de acordo com o planejamento anual. Considerando o atingimento parcial das metas estabelecidas, a Administração constituiu provisão para pagamento desse benefício em 2011 no valor de R\$ 685.

## 19. Cobertura de seguros

Tipo de Cobertura	Valor Total Segurado
Danos patrimoniais e perdas de receita	300.000
Responsabilidade Civil	15.000
Seguro de cargas	8.000
Seguro de Vida	480

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

## 20. Arrendamentos operacionais

Os compromissos referem-se, basicamente, a contratos de locação de imóveis como apartamentos para uso de funcionários e projetos, locação do Centro de Distribuição e do Duto instalado entre o porto da Petrobrás até a Videolar levando o monômero de estireno para dentro dos silos na unidade IV em Manaus.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Os contratos de locação de equipamentos referem-se à locação de cilindro para nitrogênio, locação de empilhadeira da unidade III e locação de firewall, roteadores e servidor.

Abaixo o quadro com os vencimentos dos contratos e previsão de renovação:

	<b>Valor Aluguel Mensal (R\$)</b>	<b>Vencimento do Contrato</b>
<b><u>Imóveis</u></b>		
Apto Bromélia, 1401.	2	20/8/2012
Apto Bromélia, 203.	2	20/8/2012
Apto Bromélia, 102.	2	20/8/2012
Apto Portal da Cidade, 1700.	2	30/7/2012
EMTEC - CD	44	31/12/2023
<b><u>Máquinas e equipamentos</u></b>		
Petrobrás	20	21/12/2012
Ozônio Telecomunicações	4	Indeterminado
White Martins	2	Indeterminado

Os desembolsos dos compromissos de locações previstos para os próximos anos são:

2012	<b>918</b>
2013	<b>852</b>
2014	<b>852</b>

---

**TsuguoTakayama**  
Contador  
CRC: 1SP192336/O8